



## **SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: BENEFÍCIOS E DESAFIOS**

**Douglas André Wurz<sup>(1)</sup>, Hellen Cristina da Paixão Moura<sup>(2)</sup>**

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia – IFSC/Canoinhas, Avenida Expedicionários, 2150, Bairro Campo da Água Verde, Canoinhas/SC, 89460-000 E-mail: [alcemirkowal@gmail.com](mailto:alcemirkowal@gmail.com); [douglas.wurz@ifsc.edu.br](mailto:douglas.wurz@ifsc.edu.br);

<sup>2</sup>Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, Pesquisa e desenvolvimento. Rua Embrapa, Chapadinha, CEP 44380000 - Cruz das Almas, BA – Brasil.

### **RESUMO**

O desenvolvimento econômico e social vem acompanhado pelo aumento do consumismo, uso inadequado de recursos naturais e aumento da geração de resíduos sólidos, resultando em uma série de consequências sentidas por toda a sociedade, sendo necessário adotar práticas sustentáveis. Diante da importância de que ocorram reflexões e discussões acerca dessa temática, tem-se como objetivo deste trabalho realizar uma revisão bibliográfica sobre a importância da sustentabilidade nas organizações públicas. O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, sendo realizado um levantamento consultando artigos, livros, e anais de congressos específicos que tratam do assunto, nos últimos 10 anos. A busca de artigos científicos foi realizada na base de dados Scopus e base de dados Scielo. Para a consulta utilizou-se termos, em português: ‘Sustentabilidade em organizações públicas’, ‘Sustentabilidade em instituições públicas’. Com a realização do presente trabalho verificou-se a importância da sustentabilidade nas organizações públicas, apresentando diversas vantagens, no entanto, são poucos os trabalhos científicos encontrados com esse tema, evidenciando-

se a necessidade de estudos que relacionem a sustentabilidade nas organizações. Destaca-se que de acordo com materiais pesquisados, o termo sustentabilidade é bem definido, inclusive destacando a importância da adoção de ações de sustentabilidade econômica, social e ambiental para organizações públicas e privados. No entanto, há um grande desafio de colocar em prática essas ações, e de fato, tornar as instituições praticantes da sustentabilidade, visto que isso depende de um conjunto de ações e da mobilização de todos os envolvidos para então, a sustentabilidade ser colocado em prática.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade ambiental. Sustentabilidade econômica. Sustentabilidade.

## **SUSTAINABILITY IN PUBLIC ORGANIZATIONS: BENEFITS AND CHALLENGES**

### **ABSTRACT**

*Economic and social development has been accompanied by an increase in consumerism, inappropriate use of natural resources and an increase in the generation of solid waste. This has resulted in a series of consequences that are felt by society as a whole, making it necessary to adopt sustainable practices. Given the importance of reflections and discussions on this subject, the aim of this work is to carry out a literature review on the importance of sustainability in public organizations. This work consists of a bibliographical review, with a survey being carried out on the subject studied, consulting articles, books and annals of specific congresses that deal with the subject. A search for scientific articles was conducted in the Scopus database and the Scielo database. The search terms used were in Portuguese: 'Sustainability in public organizations' and 'Sustainability in public institutions. This work revealed the importance of sustainability in public organizations, with a number of advantages. However, there are few scientific studies on this subject, which highlights the need for studies on sustainability in organizations. According to the materials researched, the term sustainability is well defined, including the importance of adopting economic, social and environmental sustainability actions for public and private*

*organizations. However, there is a great challenge in putting these actions into practice and actually making institutions practise sustainability, since this depends on a set of actions and the mobilization of all those involved in order for sustainability to be put into practice.*

*Key words: Environmental sustainability. Economic sustainability. Social sustainability.*

## **INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento econômico e social vem acompanhado pelo aumento do consumismo, uso inadequado de recursos naturais e aumento da geração de resíduos sólidos, resultando em uma série de consequências sentidas por toda a sociedade. Nesse sentido, foi criado o conceito de desenvolvimento sustentável, que de acordo com Santana e colaboradores (2008), pode ser definido como um processo de produzir riqueza e bem-estar social, ao mesmo tempo em que promove a coesão social e impede a destruição do meio ambiente. Esse conceito, está diretamente ligado e pode ser aplicado a três grupos: empresários, governos e sociedade civil organizada (ALMEIDA, 2002).

De acordo com Goes; Morales (2013), verifica-se que para o desenvolvimento de ações de sustentabilidade seja efetivamente executado, elas precisariam ser trabalhadas em níveis organizacionais cada vez menores para que sejam efetivamente executadas. Nesse sentido, as organizações públicas têm papel determinante, tendo como grande desafio, de acordo com Munck; Souza (2009), desenvolver modelos de gestão, que alinhem suas missões e objetivos às responsabilidades em querer preservar o meio ambiente.

Relacionando-se as organizações públicas de ensino, tem-se que as educações públicas, juntamente com a sociedade, ocupam um papel importante na construção do compromisso e do comportamento ético (ALMEIDA et al., 2017). Assuntos relacionados a sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade social necessitam ser desenvolvidas e estimulados no âmbito dessas instituições (MACEDO et al., 2013).

A gestão pública apresenta relevância e importância para a sociedade civil, contribuindo significativamente para crescimento e desenvolvimento de uma instituição (GOES; MORALES, 2013). Segundo Lima (2007), tem-se a gestão pública como atos administrativos sendo classificados por processos como: planejamento, programação orçamentaria, execução, controle e avaliação das políticas que visa à concretização de políticas públicas, diretas ou indiretamente, por organizações públicas ou privadas.

Ressalta-se que a gestão pública deve apresentar uma visão sistêmica, em todos os segmentos da sociedade, e buscar soluções que busquem a sustentabilidade (GOES; MORALES, 2013). Nesse sentido, tem-se a que o termo Sustentabilidade vem do latim sustentare que significa sustentar, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir. Dessa forma, sustentável é tudo aquilo que é capaz de ser suportado e/ou mantido (PAZ; KIPPER, 2015).

Em relação a sustentabilidade organizacional, não há um consenso sobre o seu conceito (Carvalho et al., 2014). No entanto, tem-se que ideia básica de que as atividades das organizações precisam desenvolver-se em um contexto socioambiental o qual

condiciona a qualidade e a disponibilidade de dois elementos fundamentais presentes: o natural e o humano (HOFF, 2008; LAVILLE, 2009, LEMME, 2010).

De acordo com Almeida (2002), uma empresa para ser sustentável necessita buscar a eco eficiência, visando a produção em maior quantidade e qualidade com menor poluição e menos uso de recursos naturais, além de ser socialmente responsável. De acordo com Araújo et al. (2006), a sustentabilidade organizacional são as ações visando à realização de ações sociais e à redução dos impactos ambientais e se mantendo economicamente viável no mercado. Nesse contexto, Wals; Schwarzin (2012), enfatizam que a sustentabilidade parte dos agentes envolvidas na organização, havendo a necessidade de aprendizagem nos conceitos que envolvem a sustentabilidade.

De acordo com Sachs (2002), a sustentabilidade deve possuir oito dimensões: (a) social; (b) cultural; (c) ecológica; (d) ambiental; (e) territorial; (f) econômica; (g) política nacional; e (h) política internacional. Para Dotto et al. (2019), as organizações perceberam que a sustentabilidade é relevante para as instituições visando atender as expectativas dos consumidores e, também, notando que suas produções poderiam afetar o ambiente, o que possivelmente colocaria em risco os recursos naturais necessários.

Uma instituição que tem uma postura proativa ambientalmente pode obter uma vantagem competitiva diante dos concorrentes (ROCHA et al., 2015). De acordo Barbieri et al. (2010), promover a inovação da gestão na Sustentabilidade Corporativa está relacionado

com a competitividade futura do negócio, sendo necessário, por um acompanhamento por meio dos indicadores sustentáveis, compondo essa uma nova prática organizacional. Para Barbieri; Cajazeira (2009), uma instituição sustentável é aquela que busca introduzir os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de forma consistente.

Além disso, para Pinheiro (2006), a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável está compartilhada entre governos, organizações, sociedade, mas as ações das organizações na preservação ambiental. Destaca-se a necessidade da atuação dos órgãos públicos na gestão ambiental como agentes ativos e participativos do processo, assumindo também o compromisso social e ambiental (CHAVES et al., 2013).

Essas práticas definirão a tomada de decisão por parte da organização e a estratégia de gestão, ou seja, se irá ou não respeitar as leis ambientais e sustentáveis vigentes e, também, quais os ganhos e as perdas relacionados ao mercado (DOTTO et al., 2019). Diante da importância de que ocorram reflexões e discussões acerca dessa temática, tem-se como objetivo deste trabalho realizar revisão bibliográfica acerca da importância da integração da sustentabilidade nas organizações públicas.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, sendo realizado um levantamento a respeito do tema estudado, consultados artigos, livros, e anais de congressos específicos que

tratam do assunto, tendo como critérios, publicações dos últimos dez anos. A busca de artigos científicos foi realizada na base de dados Scopus (<https://www.scopus.com/>), que oferece uma ampla cobertura de conteúdo (PRANCKUTÉ, 2021), além da base de dados Scielo (<https://www.scielo.br/>). Para a consulta utilizou-se termos, em português: ‘Sustentabilidade em organizações públicas’, ‘Sustentabilidade em instituições públicas’.

A busca no banco de dados por meio da consulta supracitada foi realizada em 01 de novembro de 2023, a qual resultou em 42 documentos. Após a busca dos trabalhos publicados, para garantir a precisão dos dados, foi realizada a leitura individual dos títulos e resumos (ZEB et al., 2021). Nesse caso foram excluídos 3 artigos duplicado (download do mesmo arquivo) e 14 artigos de baixa ou nenhuma relação com o termo ‘sustentabilidade nas organizações públicas’ ou que estavam totalmente em desacordo com a proposta do trabalho. No final desse processo foram selecionadas 25 publicações, sendo 22 artigos científicos e 3 resumos expandidos publicados em anais de eventos.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica tem como vantagem permitir ao investigador a cobertura de uma quantidade maior de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente. A abordagem adotada no trabalho foram predominantemente qualitativa, pois não se procurou com ela medir ou enumerar os eventos estudados (Nascimento et al., 2013). Classifica-se também esta pesquisa como exploratória, pois teve como objetivo se concentrar e conhecer o objeto investigado neste

artigo: a sustentabilidade nas organizações públicas. De acordo Gil (2008), estas pesquisas têm como principal objetivo aprimorar as ideias ou descobrir intuições.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao realizar análise bibliográfica, verifica-se que aspectos socioambientais têm sido caracterizados cada vez com mais empenho, sendo uma realidade dentro das organizações públicas. As exigências legais estão presentes em todas as ações praticadas pelas pessoas, entidades organizacionais e governamentais, sendo uma tentativa de reparar todo o mal causado ao meio ambiente em momentos anteriores (LUIZ et al., 2013). Para Barbieri; Cajazeira (2009), uma organização sustentável é aquela que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de forma consistente.

De acordo Elkington (2001), a sustentabilidade organizacional é o “princípio que assegura que as nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais para as futuras gerações” e entende que o desempenho organizacional é embasado em três pilares, sendo estes: os resultados econômicos, ambientais e sociais.

No Quadro 1 são apresentados benefícios de ser uma organização sustentável, do ponto de vista econômico, de receitas e estratégicos. Diante disso, Paz; Kipper (2016), destacam a sustentabilidade nas organizações como diferencial competitivo,



colhendo seus benefícios e vantagens.

Diante disso, de acordo com Barbieri et al. (2010), uma necessidade para a sociedade, e que passa a ser importante para as organizações, integradas em três dimensões: econômica, social e ambiental, tendo como desafio para as organizações mensurar a gestão adequada a cada um desses pilares.

**Quadro 1.** Apresentação dos benefícios de ser uma organização sustentável.

<b>Benefícios Econômicos</b>
Economia de custos
Economias devido à redução de água, energia e outros insumos
Economias devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos
Redução de multas e penalidades por poluição
<b>Benefícios de Receitas</b>
Aumento da construção marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos a preços mais baixos
Aumento na participação no mercado devido à inovação dos produtos e menos concorrência
Linhas de produtos para novos mercados
Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da população
<b>Benefícios Estratégicos</b>
Melhoria da imagem institucional
Renovação de portfólio de produtos
Aumento da produtividade
Redução de multas e penalidades por poluição
Alto comprometimento do pessoal
Melhorias nas relações de trabalho
Melhoria e criatividade para novos desafios
Melhoria nas relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientais
Acesso assegurado ao mercado externo
Melhor adequação aos padrões ambientais

Fonte: North, K. (1992), adaptado de Paz; Kipper (2016).

Para obter a sustentabilidade, é fundamental e importante preservar o meio ambiente, controlar o crescimento populacional, diminuir o consumismo, repensar os valores culturais e transformar

os pensamentos econômicos de que, se obtendo lucro individual, se obtém prejuízo coletivo (FERNANDEZ, 2005). Nesse sentido, pode-se enfatizar que o sucesso de uma organização não está ligado apenas à capacidade de produção e geração de renda, mas na sua atuação nas esferas sociais e ambientais.

Segundo Araújo (2006), quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também estará atuando de maneira socialmente responsável. Ressalta-se que o conceito de sustentabilidade não pode ser simplificado, não podendo restringir-se apenas ao viés ambiental. Para Gomes; Ferreira (2018), a dimensão social da sustentabilidade enfatiza uma necessária e indispensável preocupação com o ser humano e sua qualidade de bem-estar, pois existe uma íntima relação entre a qualidade de vida do ser humano e qualidade do meio ambiente, uma vez que são conceitos indissociáveis, devendo estar previamente atendidos os direitos sociais fundamentais que devem ser garantidos de forma positiva pelo Estado ao cidadão.

Contudo, Almeida et al. (2017), destaca um ponto importante acerca do tema sustentabilidade, que está relacionado a efetivação da realização de ações de sustentabilidade, sendo necessário efetiva comunicação entre os agentes, uma vez que sem ela frustra-se o anseio governamental de efetivar a participação coletiva e o intercâmbio de saberes estimulados pelas normativas vigentes. De acordo com Paz; Kipper (2016), o elo mais fraco do desenvolvimento sustentável é a dimensão social. Assim, é necessário uma maior interação entre o “ambiental” e o “social” principalmente quando o

trata de suas bases teórica e analíticas (LEHTONEN, 2004).

Para que ocorra essa sustentabilidade nas organizações é necessário que todos os elos estejam bem, o financeiro para estar bem necessita que o social e o ambiental também estejam (PAZ; KIPPER, 2016).

Com problemas ambientais, a expansão da consciência coletiva com relação ao desenvolvimento sustentável e à complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade transfere às organizações, surge um novo posicionamento por parte das organizações em face de tais questões sustentáveis (TACHIZAWA, 2002).

Destaca-se, segundo Paz; Kipper (2016), que para o tema sustentabilidade organizacional encontram-se poucos artigos, o que revela a necessidade de ampliação de pesquisas nesta área bem como a sua socialização. Isso evidencia-se na pesquisa realizado no presente trabalho, com número limitado de trabalhos científicos relacionados a temática sustentabilidade nas organizações.

De acordo com Brandão et al. (2003), a principal meta dos administradores públicos, é de reorganizar o sistema de gestão, colocando esforços para buscar os conceitos em tornar uma gestão sustentável. Segundo Gomes; Ferreira (2018), para que a sustentabilidade seja devidamente empreendido nas organizações públicas, é imprescindível a criação e execução de políticas públicas sustentáveis e adequadas ao desenvolvimento pautado na promoção e na efetivação dos ODS e das dimensões da sustentabilidade.

De acordo com Bucci (2006), a política pública é definida como

um programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Nesse contexto, as organizações públicas precisam adotar políticas que não promovam o crescimento econômico apenas pelo aumento quantitativo, mas que favoreçam um desenvolvimento baseado na sustentabilidade, buscando um equilíbrio que una diferentes aspectos e, além da dimensão econômica, a social, a ambiental, a ética e a jurídico-política, sob pena de representar uma falácia de desenvolvimento (GOMES; FERREIRA, 2018).

## **CONCLUSÃO**

Com a realização do presente trabalho verificou-se a importância da sustentabilidade nas organizações públicas, apresentando diversas vantagens. No entanto, são poucos os trabalhos científicos encontrados com esse tema, evidenciando-se a necessidade de estudos que relacionem a sustentabilidade nas organizações.

Destaca-se que de acordo com materiais pesquisados, o termo sustentabilidade é bem definido, com destaque para a importância da adoção de ações de sustentabilidade econômica, social e ambiental para organizações públicas e privados. No entanto, há um grande

desafio de colocar em prática essas ações, e de fato, tornar as instituições praticantes da sustentabilidade, visto que isso depende de um conjunto de ações e da mobilização de todos os envolvidos para então, a sustentabilidade ser colocado em prática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. Percepção ambiental e políticas públicas – dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 43-61, 2017.

ARAÚJO, G. C.; BUENO, M. P.; SOUSA, A. A.; MENDONÇA, P. S. M. Sustentabilidade empresarial: Conceitos e Indicadores. In: CONGRESSO ONLINE, 3, 2006, **Anais... III CONVIBRA**, 2006, p. 1-20.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. da. **Educação ambiental na formação do administrador**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 246 p.

BRANDÃO, A. C. **Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades**, 2003.

BUCCI, M. P. D. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, M. P. D. (coord.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, p. 1-51, 2006.

CARVALHO, A. C.; STEFANO, S. R.; MUNCK, L. Competências voltadas à sustentabilidade organizacional: um estudo de caso de uma indústria exportadora. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 91, p.

33-48, 2014.

DOTTO, D. M.; FELTRIN, T. S.; DENARDIN, A. C. M.; RUIZ, L. M.. Sustentabilidade em organizações públicas: estudo de uma instituição federal de ensino brasileira. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 2, p. 235-259, 2019.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron, 2001.

FERNANDEZ, F. Aprendendo a lição de Chapo Canyon: do desenvolvimento a uma vida sustentável. **Revista Reflexão**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 13-19, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES, G. A.; MORALES, A. G. Gestão Pública e Sustentabilidade. **Fórum Ambiental de Alta Paulista**, v. 9, n. 4, p. 199-212, 2013.

GOMES, M.; FERREIRA, L. J. Políticas Públicas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.

HOFF, D. N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica**. 2008. 425 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LAVILLE, E. **A empresa verde**. São Paulo: ÔTE, 2009.

LEHTONEN, M. The environmental–social interface of sustainable development: capabilities, social capital, institutions. **Ecological Economics**, v. 49, n. 2, p. 199-214, 2004.

LEMME, C. **O valor gerado pela sustentabilidade corporativa**. In: LINS, L.; YLBERSZTAJN, D. Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, E. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.

MACEDO, C. V. P. de; FREITAS, A. A. F. de; GUERRA, D. de S. Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de administração de empresas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 75-97, fev. 2013.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. de. Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise. **Gestão e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 254-287, 2010.

NASCIMENTO, V. M.; NASCIMENTO, M.; BELLEN, H. M.. Instrumentos e Políticas Públicas e seus impactos para a sustentabilidade. **Gestão e Regionalidade**, v. 29, n. 6, p. 77-87, 2013.

NORTH, K. **Environmental business management**: an introduction. Genebra: International Labor Office (ILO), 1992.

PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, Ano 11, nº 2, abr-jun/2016, p. 85-102, 2015.

PINHEIRO, M. D. **Ambiente e Construção Sustentável**. Instituto do Ambiente. Amadora, 2006.

ROCHA, S.; PFITSCHER, E.; CARVALHO, F. N. Sustentabilidade Ambiental: Estudo em uma instituição de ensino superior pública catarinense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 48-58, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento incidente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANTANA, N. B. Responsabilidade socioambiental e valor da empresa: uma análise por envoltória de dados em empresas distribuidoras de energia elétrica. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2008.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

WALS, A.; SCHWARZIN, L. Fostering organizational sustainability through dialogic interaction. **The Learning Organization**, v. 19, n. 1, p. 11-27, 2012.